



## Sumário

Atos do Poder Executivo .....	1
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.....	2
.....Esta edição é composta de 3 páginas .....	

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 13.033, DE 19 DE JUNHO DE 2026

Regulamenta o art. 21-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre os procedimentos operacionais de bloqueio de contas de operadores irregulares de loteria de apostas de quota fixa e a remessa de informações para apuração e declaração de perdimento de bens em favor da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 21-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023,

#### DECRETA:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 21-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre:

I - o fluxo de notificação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda às instituições financeiras, às instituições de pagamento e aos instituidores de arranjos de pagamento para fins de bloqueio de contas de operadores irregulares de loteria de apostas de quota fixa;

II - os procedimentos de bloqueio de contas e de impedimento de realização de novas transações que tenham por finalidade viabilizar, direta ou indiretamente, a exploração irregular da loteria de apostas de quota fixa;

III - as garantias do devido processo administrativo, do contraditório e da ampla defesa ao interessado;

IV - a remessa de informações e a instauração do processo administrativo de apuração de perdimento de bens em favor da União; e

V - a destinação dos valores declarados perdidos ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Secretaria de Prêmios e Apostas - autoridade reguladora e supervisora da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, nos termos do disposto nos art. 21 e art. 21-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023;

II - agente operador irregular - pessoa natural ou jurídica que explore, direta ou indiretamente, a loteria de apostas de quota fixa sem a autorização prevista na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023;

III - instituições obrigadas - instituições financeiras, instituições de pagamento e instituidores de arranjos de pagamento;

IV - contas passíveis de bloqueio - contas de depósito, de pagamento, transacionais e demais contas de registro de que sejam titulares os agentes operadores constatados como irregulares pela Secretaria de Prêmios e Apostas;

V - auto de constatação de irregularidade - documento emitido pela Secretaria de Prêmios e Apostas que formaliza a constatação da exploração irregular, fundamenta a notificação de bloqueio e instaura o processo administrativo de que trata este Decreto; e

VI - processo administrativo de perdimento - processo administrativo instaurado para apurar a responsabilidade do agente operador irregular e declarar o perdimento dos valores bloqueados em favor da União.

#### CAPÍTULO II DA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE E DA EMISSÃO DO AUTO DE CONSTATAÇÃO

Art. 3º A constatação da exploração irregular de loteria de apostas de quota fixa, para fins do disposto neste Decreto, ocorrerá:

I - de ofício, pela Secretaria de Prêmios e Apostas, mediante atividade de fiscalização e monitoramento do mercado;

II - mediante a análise de representação devidamente fundamentada de qualquer interessado encaminhada à Secretaria de Prêmios e Apostas; ou

III - a partir do recebimento e da análise, pela Secretaria de Prêmios e Apostas, das informações sobre indícios de fraudes eletrônicas de que trata o art. 24-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. A Secretaria de Prêmios e Apostas disciplinará os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º Constatada a irregularidade, a Secretaria de Prêmios e Apostas emitirá o auto de constatação de irregularidade, que conterá, no mínimo:

I - a identificação do agente operador irregular, com nome completo ou razão social, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e demais dados cadastrais disponíveis;

II - a descrição dos fatos constatados e dos elementos probatórios que fundamentam a irregularidade;

III - os sítios eletrônicos, os aplicativos, os domínios ou quaisquer outros meios pelos quais a exploração irregular seja realizada;

IV - as instituições obrigadas mantenedoras de contas de titularidade dos agentes operadores irregulares passíveis de bloqueio;

V - a relação das transações de pagamento identificadas em favor do agente operador irregular, com indicação da instituição financeira ou da instituição de pagamento mantenedora das contas passíveis de bloqueio;

VI - o fundamento legal do bloqueio; e

VII - o prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do disposto no art. 10.

Parágrafo único. A instrução do auto de constatação de irregularidade poderá ser subsidiada por informações, excetuadas as protegidas por sigilo, obtidas junto ao Banco Central do Brasil, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, às autoridades policiais e ao Ministério Público, no âmbito de suas respectivas atribuições legais.

#### CAPÍTULO III DO FLUXO DE NOTIFICAÇÃO E BLOQUEIO

##### Seção I Da notificação às instituições obrigadas

Art. 5º Emitido o auto de constatação de irregularidade, a Secretaria de Prêmios e Apostas expedirá notificação de bloqueio às instituições obrigadas identificadas, observado o seguinte fluxo:

I - a notificação de bloqueio será encaminhada por meio de sistema eletrônico seguro, que garanta rastreabilidade, autenticidade e confidencialidade das comunicações;

II - a notificação de bloqueio conterá cópia do auto de constatação de irregularidade, a relação específica dos titulares das contas passíveis de bloqueio e o prazo para cumprimento da medida; e

III - a Secretaria de Prêmios e Apostas comunicará simultaneamente ao Banco Central do Brasil o envio de cada notificação de bloqueio, para fins de supervisão do cumprimento da medida pelas instituições obrigadas.

Art. 6º O sistema eletrônico previsto no art. 5º, caput, inciso I, será operacionalizado no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto, e caberá ao Banco Central do Brasil, em articulação com a Secretaria de Prêmios e Apostas, editar as normas técnicas e operacionais necessárias.

§ 1º Enquanto não for implementado o sistema eletrônico previsto no caput, as notificações de bloqueio serão encaminhadas por meio de ofício eletrônico, com certificação digital, pelo Sistema Eletrônico de Informações do Governo Federal, com ciência simultânea ao Banco Central do Brasil.

§ 2º O Banco Central do Brasil informará à Secretaria de Prêmios e Apostas a relação oficial e atualizada dos contatos institucionais das instituições obrigadas para fins da notificação de bloqueio, enquanto não for implementado o sistema eletrônico previsto no caput.

##### Seção II

##### Da execução do bloqueio pelas instituições obrigadas

Art. 7º Recebida a notificação de bloqueio, as instituições obrigadas, nos termos estabelecidos em norma editada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, deverão:

I - proceder ao bloqueio, no prazo máximo de vinte e quatro horas, contado do recebimento da notificação de bloqueio, das contas de titularidade dos agentes operadores irregulares identificados na notificação e com os quais mantenham relacionamento negocial e impedir a realização de qualquer forma de movimentação de valores mantidos nessas contas;

II - implementar, no prazo máximo de vinte e quatro horas, contado do recebimento da notificação de bloqueio, procedimento que impeça a realização de novas transações que tenham por finalidade, direta ou indireta, viabilizar a exploração irregular da loteria de apostas de quota fixa pelos agentes operadores irregulares identificados na notificação;

III - comunicar, imediatamente após a efetivação do bloqueio, as pessoas titulares das contas alcançadas pela medida, para fins de ciência do bloqueio realizado, com o envio de cópia do auto de constatação de irregularidade, com seus fundamentos, e da notificação de bloqueio, emitidos pela Secretaria de Prêmios e Apostas;

IV - comunicar à Secretaria de Prêmios e Apostas, na forma estabelecida em regulamento por ela editado, no prazo máximo de quarenta e oito horas, contado do bloqueio, por meio do sistema eletrônico de que trata o art. 6º ou do Sistema Eletrônico de Informações do Governo Federal, a confirmação do cumprimento da medida, devendo o regulamento prever, no mínimo, a prestação das seguintes informações e documentos:

a) a identificação da instituição obrigada comunicante, com razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço eletrônico institucional de contato, nome completo, cargo e número de inscrição do CPF da pessoa natural representante da instituição obrigada que procedeu à comunicação;

b) o nome completo ou a razão social, com número de inscrição no CPF ou no CNPJ, e a atividade econômica declarada das pessoas cujas contas foram objeto de bloqueio pela instituição obrigada comunicante;

c) os dados de contato dos agentes operadores irregulares, clientes da instituição comunicante, cujas contas foram objeto de bloqueio, incluídos os contatos de seus representantes legais e, se houver, de seus procuradores, quando se tratar de pessoas jurídicas, com endereço eletrônico e eventual outro meio de contato;

d) a cópia da comunicação prevista no inciso III do caput;

e) as contas de titularidade dos agentes operadores irregulares, clientes da instituição obrigada comunicante, identificadas e bloqueadas em razão do cumprimento da medida;

f) o saldo bloqueado em cada conta;

g) as contas eventualmente não localizadas ou já encerradas; e

h) quaisquer dificuldades operacionais encontradas.

§ 1º As instituições obrigadas deverão abster-se de notificar os titulares das contas antes da efetivação do bloqueio, sem prejuízo das comunicações estabelecidas neste Decreto.

§ 2º A notificação de bloqueio encaminhada nos termos do disposto no inciso III do caput dará ciência à pessoa titular das contas bloqueadas de que:

I - o caso será remetido à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para instauração do processo administrativo de perdimento; e

II - ela será notificada, no curso desse processo, para o exercício do contraditório e da ampla defesa, na forma prevista no art. 11.

Art. 8º O bloqueio das contas não constitui sanção definitiva e produzirá efeitos cautelares até a conclusão do processo administrativo de perdimento de que trata o Capítulo IV.

Art. 9º Confirmados a constatação e o bloqueio das contas, a Secretaria de Prêmios e Apostas remeterá à Secretaria Nacional de Segurança Pública o auto de constatação de irregularidade e os elementos de prova, que conterão, no mínimo:

I - a identificação do agente operador irregular titular das contas bloqueadas;

II - a descrição dos fatos e dos elementos que demonstrem a exploração irregular;

III - a relação das contas bloqueadas e dos respectivos saldos; e

IV - o fundamento legal do bloqueio.

#### CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO DE PERDIMENTO

Art. 10. Este Capítulo disciplina o processo administrativo preparatório de perdimento dos valores bloqueados, na forma prevista no art. 21-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

§ 1º O processo administrativo preparatório de perdimento tem por finalidade apurar, com garantia do contraditório e da ampla defesa, a presença dos pressupostos do perdimento e subsidiar a sua postulação judicial pela União.

§ 2º A destinação dos valores observará o disposto no art. 21-A, § 3º, da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 11. A condução e o julgamento do processo administrativo preparatório de perdimento competem à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. O processo administrativo preparatório de perdimento observará o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e nos demais atos normativos aplicáveis, garantido ao interessado:

I - acesso integral ao processo;

II - prazo de quinze dias, contado do recebimento da notificação de que trata o art. 12, para apresentação de defesa e documentos;

III - direito de produzir provas, arrolar testemunhas e requerer diligências pertinentes;

IV - decisão fundamentada, proferida por autoridade competente, com indicação expressa dos elementos probatórios considerados;

V - recurso administrativo no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão de primeira instância, a ser julgado por autoridade hierarquicamente superior à que proferiu a decisão recorrida; e



VI - informação sobre a existência de eventual instância recursal posterior.

### Seção I Da instauração e do julgamento

Art. 12. Recebido o auto de constatação de irregularidade após a remessa de informações prevista no art. 9º, a Secretaria Nacional de Segurança Pública instaurará o processo administrativo e notificará o interessado para, no prazo de quinze dias, apresentar impugnação, indicar provas e arrolar testemunhas.

§ 1º A notificação informará a instauração do processo, os fatos e os fundamentos do auto de constatação de irregularidade, as contas e os saldos bloqueados, os valores objeto do pedido de perdimento e os meios de defesa.

§ 2º A notificação observará o disposto nos art. 26 e art. 27 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, admitida a notificação por edital quando frustradas as demais tentativas.

Art. 13. A Secretaria Nacional de Segurança Pública poderá determinar diligências, solicitar documentos e informações às instituições obrigadas e a órgãos e entidades públicas e produzir as provas necessárias, garantido o contraditório.

### Seção II Da decisão administrativa de cabimento do perdimento

Art. 14. A decisão do processo administrativo que declara o cabimento do perdimento será fundamentada e conterá:

- I - a identificação do agente operador irregular e dos titulares das contas;
- II - a apreciação das provas e das alegações de defesa; e
- III - a especificação das contas e dos valores objeto do perdimento.

Parágrafo único. O perdimento dos valores apurados dependerá de decisão judicial, na forma prevista na Seção III deste Capítulo, mantido o bloqueio dos valores.

Art. 15. Da decisão do processo administrativo que declara o cabimento do perdimento caberá recurso ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, no prazo de quinze dias, contado da ciência.

Art. 16. A Secretaria Nacional de Segurança Pública comunicará, independentemente de provocação, os indícios identificados no curso do processo administrativo de apuração do perdimento dos valores bloqueados, em especial:

- I - ao Ministério Público e às autoridades policiais competentes, os indícios de ilícitos penais; e
- II - à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os indícios de crédito tributário.

### Seção III Da postulação judicial do perdimento

Art. 17. Exarada a decisão administrativa final que declara o cabimento do perdimento na forma prevista no art. 13, o Ministério da Justiça e Segurança Pública remeterá os autos à Advocacia-Geral da União com os elementos necessários ao ajuizamento da ação judicial.

Art. 18. A Advocacia-Geral da União, em nome da União, ajuizará a ação judicial de perdimento cabível, na forma da legislação aplicável, observados os respectivos pressupostos e legitimação, com pedido de decretação do perdimento e de autorização para a transferência dos valores bloqueados ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

§ 1º Após o ajuizamento da ação, os valores bloqueados serão convertidos em depósito judicial, à ordem do juízo, nos termos do disposto na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, para que permaneçam à disposição do resultado da ação.

§ 2º O bloqueio das contas será mantido até a efetivação do depósito judicial, hipótese em que a Advocacia-Geral da União poderá requerer ao juízo as demais medidas necessárias à preservação dos valores.

Art. 19. O perdimento dos valores em favor da União, inclusive a título de tributos, multas e demais penalidades, ensejará a destinação desses valores ao Fundo Nacional de Segurança Pública, nos termos do disposto no art. 21-A, § 3º, da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e não prejudicará o ressarcimento de valores devidos aos apostadores.

Art. 20. Proferida decisão judicial que confirme o perdimento, a Advocacia-Geral da União adotará as medidas para transformação em pagamento definitivo do valor depositado.

Parágrafo único. A Advocacia-Geral da União deverá consultar a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para quitação dos débitos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa da União.

### CAPÍTULO V DAS SANÇÕES

Art. 21. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto pelas instituições obrigadas sujeitará os seus dirigentes e as próprias instituições às sanções previstas na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, sem prejuízo das sanções previstas na regulamentação do Banco Central do Brasil e na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Art. 22. As medidas de bloqueio previstas neste Decreto são independentes e não substituem as medidas de bloqueio judicial determinadas por autoridade judiciária competente.

### CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os atos normativos editados pela Secretaria de Prêmios e Apostas e pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto neste Decreto serão publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados nos sítios eletrônicos dos referidos órgãos.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 19 de junho de 2026; 205ª da Independência e 138ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Dario Carnevalli Durigan  
Wellington César Lima e Silva

## Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA GM/MMA Nº 1.710, DE 16 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais e cria a Comissão União com Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 11.687, de 5 de setembro de 2023, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.000293/2024-36, resolve:

Art. 1º O Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais - Programa União com Municípios, de que trata o art. 3º do Decreto nº 11.687, de 5 de setembro de 2023, tem como objetivo o apoio aos Municípios com ações para prevenção, monitoramento, controle e redução dos desmatamentos e da degradação florestal no Bioma Amazônia.

Parágrafo único. A Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima coordenará o Programa União com Municípios.

Art. 2º Podem aderir ao Programa União com Municípios os Municípios localizados no Bioma Amazônia que:

I - constam na lista de que trata o art. 2º do Decreto nº 11.687, de 5 de setembro de 2023, publicada em Portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e

II - cumpram os seguintes requisitos:

a) assinatura do Termo de Adesão pelo prefeito municipal, conforme Anexo, ratificado por, no mínimo, um vereador, preferencialmente o Presidente da Câmara de Vereadores;

b) obter, em até noventa dias da assinatura do termo de adesão, apoio por escrito à adesão do município ao Programa União com Municípios, assinado por deputado estadual, além de deputado federal ou senador de seu respectivo estado;

c) comprometer-se com ações visando à redução contínua do desmatamento e da degradação florestal;

d) possuir secretaria ou departamento municipal responsável pelas políticas de Meio Ambiente ou de sustentabilidade;

e) realizar reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até noventa dias, por meio da participação de representantes da sociedade civil; e

f) possuir corpo técnico disponível para atuar como ponto focal para o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa União com Municípios.

Art. 3º A adesão ao Programa União com Municípios passa a vigorar a partir da publicação do Termo de Adesão, de que trata o art. 2º, inciso II, alínea "a", no Diário Oficial da União, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Art. 4º Os Municípios que aderirem ao Programa União com Municípios poderão ser priorizados nas ações do Governo federal relacionadas:

I - ao apoio à regularização ambiental e fundiária;

II - à análise de requerimento de desembargo junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, observada a legislação específica;

III - ao fomento da recuperação da vegetação nativa; e

IV - a outros incentivos previstos na legislação ambiental federal.

Art. 5º Para a implementação do Programa União com Municípios, poderão ser utilizados recursos do Fundo Amazônia, observadas as regras do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, bem como de outras fontes de recursos identificadas.

§ 1º As ações executadas com recursos do Fundo Amazônia seguirão regras de execução e de contratação específicas, sendo empregados em ações predeterminadas alinhadas às prioridades definidas no art. 4º.

§ 2º Os recursos de que trata o caput financiarão ações previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM.

Art. 6º Após a adesão ao Programa União com Municípios, o Município estará apto a receber apoio inicial, em bens e serviços, que deverão ser estritamente utilizados para auxiliar no fortalecimento da capacidade institucional municipal para implementação e monitoramento das ações de prevenção e controle do desmatamento em âmbito municipal.

Art. 7º Além do apoio inicial previsto no art. 6º, o Município receberá investimento em ações de monitoramento, de prevenção, de controle e de regularização ambiental e fundiária proporcional ao desempenho anual na redução do desmatamento e da degradação florestal em seu território, considerando-se o piso e o teto a serem definidos pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

§ 1º A aferição da redução do desmatamento e da degradação florestal, para fins de definição do valor do investimento proporcional à performance, será calculada com base em critérios definidos por Nota Técnica da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

§ 2º O cálculo da redução do desmatamento e da degradação florestal utilizará os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite - Prodes e do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real - DETER, coordenados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 3º O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima poderá aprimorar os parâmetros de repartição dos benefícios para os próximos ciclos do Programa União com Municípios, bem como otimizar a implementação do ciclo em vigência.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Em circulação desde 1º de outubro de 1862

WANDERSON MAIA NASCIMENTO  
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos  
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal  
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3411-9450

Art. 8º Fica criada a Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios - Comissão União com Municípios, com os objetivos de:

- I - monitorar e avaliar a implementação do Programa União com Municípios;
- II - propor orientações a título de aprimoramentos para implementação do Programa União com Municípios;
- III - propor critérios de elegibilidade e adesão dos Municípios; e
- IV - opinar sobre a repartição de recursos e de novos aportes financeiros para os Municípios que aderirem ao Programa União com Municípios.

Art. 9º A Comissão União com Municípios terá a seguinte composição:

I - Secretário da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

II - um representante do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

III - um representante do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

IV - um representante do Departamento de Políticas de Estímulo à Bioeconomia da Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

V - um representante do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

VI - um representante do Departamento de Florestas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

VII - um representante da Diretoria de Regularização Ambiental Rural do Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

VIII - um representante da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama;

IX - um representante da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes;

X - um representante do Departamento de Recuperação de Áreas Degradadas, de Desenvolvimento Territorial e Florestal Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Pecuária;

XI - um representante do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

XII - um representante do Departamento de Governança Fundiária da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e

XIII - um representante da Diretoria de Governança da Terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 1º O Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima presidirá a Comissão União com Municípios.

§ 2º A Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima exercerá a Secretaria-Executiva da Comissão União com Municípios.

§ 3º Os membros da Comissão União com Municípios serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades, oficializados por portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

§ 4º Para a indicação prevista no § 3º, é exigido que os indicados, titulares e suplentes, sejam ocupantes de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE equivalente ou superior ao nível 13.

§ 5º Cada membro da Comissão União com Municípios terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 6º Poderão ser convidados para as reuniões da Comissão União com Municípios, pelo seu Presidente, representantes dos demais Ministérios e órgãos federais, dos municípios, dos estados, das agências implementadoras dos projetos do Programa União com Municípios, da academia, do setor privado, de povos e populações tradicionais e da sociedade civil, sem direito a voto.

§ 7º A Comissão União com Municípios se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu presidente.

§ 8º As reuniões da Comissão União com Municípios ocorrerão presencialmente ou de forma remota, preferencialmente na sede do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

§ 9º O quórum de reunião da Comissão União com Municípios será de maioria absoluta e o de aprovação será de maioria simples.

Art. 10. As agências implementadoras de projetos do Programa União com Municípios deverão dispor de instrumentos próprios de implementação, além de:

I - instituir comitês de acompanhamento dos projetos com a função de acompanhar e avaliar sua implementação e resultados; e

II - apresentar, semestralmente, relatórios contendo os resultados de implementação de cada projeto para a coordenação do Programa União com Municípios, que dará ciência à Comissão União com Municípios.

Art. 11. A coordenação do Programa União com Municípios deverá elaborar relatório anual com base na execução dos projetos e de outras iniciativas, bem como promover, a cada dois anos, avaliação independente e apresentar os resultados à Comissão União com Municípios.

Art. 12. A participação na Comissão União com Municípios será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. Fica revogada a Portaria GM/MMA nº 1.030, de 3 de abril de 2024.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO



**INLABS** O Diário Oficial da União em dados abertos

Acesse [inlabs.in.gov.br](http://inlabs.in.gov.br) e obtenha:

- Edições diárias do DOU em formato de dados abertos (XML)
- Edições diárias do DOU em formato PDF certificado
- Scripts para automatização de downloads
- Dicionário de dados

**Diário Oficial da União Digital**  
Cada vez mais universal e tecnológico

